



Ano 8, Vol XVI, número 2, 2015, Jul-dez, .6-16

Apresentação: Orientação, Formação e Trabalho ao Longo da Vida

Nas sociedades contemporâneas, especialmente nas ocidentais, têm-se acentuado um conjunto de grandes e rápidas transformações no plano cultural, político e económico que alteraram a sua estrutura e lógica de funcionamento, cujos reflexos, no modo de vida das pessoas, são por demais evidentes. Por exemplo, as que têm ocorrido no domínio do trabalho humano – particularmente relevantes do ponto de vista das questões da orientação e desenvolvimento vocacional – podem considerar-se dramáticas de múltiplos pontos de vista, colocando os indivíduos perante situações inéditas, entre desafios, ameaças e oportunidades.

O reconhecimento da crescente escassez e precariedade do emprego, assim como do trabalho, independentemente do nível de qualificação académica e profissional, faz eco de um dos múltiplos sinais das sociedades do risco que tendem a não deixar ninguém em ‘terra firme’. O crescimento do desemprego estrutural e a consequente agudização do desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de emprego, dando conta de uma nova divisão global da produção e do trabalho e dos cada vez mais visíveis efeitos dos progressos da tecnociência nos aumentos de produtividade com menor recurso a trabalho humano, têm originado um efeito de desregulamentação, desnormatização e ‘flexibilização’ das relações laborais que acentua sentimentos de incerteza, insegurança e incontrolabilidade.

A consequente não correspondência entre formação e trabalho e a transferência de responsabilidades para a escola fez deslocar a possibilidade de empregabilidade para a responsabilização individual, pela aprendizagem ao longo da vida, e para a necessidade da opção por formações abrangentes, alimentadora dos discursos e das retóricas de valorização das designadas competências transversais e de uma sólida educação geral, científica, humanística, e tecnológica e cívica de base, distante dos efetivos dispositivos



de educação-formação, que, no pólo oposto, acentuam a rapidez/eficiência (*fast-track*), a funcionalização, ‘ferramentalização’, a hegemonia do ‘prático’; do ‘concreto’ e da imediatividade, que acabam, em muitos casos, por produzir um resultado de socialização – acrítica e passiva – para o trabalho produtivo e para o consumo, mais do que um resultado de formação em direção à autonomia e ao desenvolvimento pessoal e social.

A insistência na necessidade de conceder maior importância à preparação para o desempenho de outros papéis sociais (familiares, cívicos, lazer/ócio, de consumidor...), que não apenas o de profissional e o de trabalhador e para a sua coordenação são o sintoma de uma tensão e, para alguns incompatibilidade que se vem acentuando, entre as exigências crescentes de manutenção do trabalho e a gestão de uma vida pessoal humanamente sustentável, onde a família, a sociabilidade, a participação social e cívica, a fruição da cultura, o lazer ou o investimento na solidariedade parecem ter menos espaço-tempo.

A questão mais geral e profunda da qual decorre uma incontornável agenda para a investigação no domínio da Psicologia Vocacional – se esta não vier a abdicar do seu objeto de estudo -, é a de que a relação com o trabalho não é hoje concebível fora da relação com a economia (o sistema financeiro), com a tecnologia e com o consumo. A primeira modificou-se radicalmente, impondo-se como centro efetivo de poder, esvaziando a política do seu conteúdo, remetendo-a para um território híbrido onde o espetáculo e a tecnocracia se combinam; a segunda potenciou-a, criou novas necessidades e vai reinventando novos modos de viver a experiência de existir no mundo, ora associativos ora dissociativos; a terceira construiu uma centralidade através de um aparato tecnológico que opera sobre uma autêntica economia psicológica do desejo.

Face às mudanças históricas e sociais vertiginosas e imprevisíveis operadas ao longo das duas últimas décadas, que transformaram a relação do sujeito humano com a formação e o trabalho e que inevitavelmente vão condicionar a agenda de investigação e intervenção orientação vocacional, urge fazer uma leitura complexa e macrossistémica do problema em análise. Por



isso, devem-se assumir concetualizações do desenvolvimento vocacional – que diz respeito à concretização de todas as tarefas relacionadas com a formação/estudar e trabalho - não focalizadas em abordagens intra-individuais, mas contextualizadas e histórico sociais. O reconhecimento da ineficácia e colapso dos modelos clássicos de conceptualização e intervenção intra-individuais, como as da teoria traço-fator, pelo recurso à psicometria, para resolver os problemas da construção de projetos escolares e profissionais, que criavam a ilusão positivista de naturalizar, reificar e essencializar da realidade psicológica paradoxalmente subjetivante, foi uma mais-valia para a Psicologia Vocacional. Em alternativa surgem as abordagens com uma compreensão histórica e social do sujeito psicossocial a partir de esquemas epistemológicos do macrossistema societal. Isto é, compreendem o sujeito psicológico na forma como se constrói, a partir das suas vivências contextualizadas num mundo complexo, incerto, líquido e globalizado. Estes instrumentos teóricos de análise permitem múltiplas possibilidades de conceptualização do sujeito ser histórico e social em construção/reconstrução, fazendo-nos perceber que é na circunscrição de uma rede complexa de inter-relações nos vários contextos de vida e nos macrossistemas sociais, que se proporcionam as condições favoráveis ao desenvolvimento do potencial de que todos os seres humanos são portadores, estando intimamente inter-dependentes, não só dos recursos pessoais, mas da qualidade psicossocial dos contextos. Ou seja, cada sujeito vai-se auto-organizando nas várias dimensões da sua existência, ao longo do seu desenvolvimento, como o resultado das relações significativas que foi estabelecendo com o mundo que o rodeia, nomeadamente com a família, a escola, as redes sociais naturais ou as mediadas pelas novas tecnologias e pelo contexto social e global de que participa. É da qualidade destas relações e das oportunidades que os contextos “naturais” de vida lhe proporcionam ou lhe inviabilizam que dependerá a forma de cada sujeito se situar face aos desafios e constrangimentos do presente e do futuro.

Ao assumir-se este ponto de vista, questionam-se as lógicas e os processos macrossociais emergentes que inviabilizam a construção de um sujeito autónomo, participante, responsável e empoderado, para lidar com os



constrangimentos atuais como, a incerteza face ao trabalho, o desemprego crescente, as formas precárias de emprego, o progressivo declínio do Estado Social pela crescente desresponsabilização dos mesmos pelo Contrato Social e pela garantia do direito ao trabalho transformando-os em assuntos da responsabilidade individual, através do conceito que se vai impondo de empregabilidade, onde cada um terá de criar e assegurar a sua empregabilidade. Estes fenómenos emergentes nas sociedades ocidentais colocam reptos novos à orientação para que criticamente não se deixe aprisionar e seja cúmplice na implementação de práticas instrumentais e protocoladas pela tutela descaracterizando as biografias e narrativas singulares e contextualizadas de cada sujeito em função dos objetivos políticos, acentuando, desta forma, as diferenças entre os grupos minoritários dos poderosos e a maioria dos desempoderados que tentam sobreviver no limiar da exclusão.

O repto lançado pela direção da Revista, *Amazônica: Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, para que um grupo de jovens investigadores do Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida apresentasse um número temático sobre Orientação Vocacional, a partir de investigações desenvolvidas nos últimos anos neste linha de investigação do Centro de Psicologia da Universidade do Porto, foi assumido como um compromisso científico e de partilha de saberes procurando apresentar contributos de reflexão para responder aos desafios com que se confronta na contemporaneidade a Orientação Vocacional.

Os vários autores que colaboram neste número temático assumem uma leitura crítica, global e macrosocial, que poderá contribuir, de forma mais adequada e/ou complementar para a compreensão dos grandes desafios com que se confronta a investigação e intervenção psicológica vocacional apresentando respostas aos problemas atuais de viabilização de construção de projetos de vida pessoais e vocacionais. Assim, os onze artigos que configuram este número temático organizam-se à volta de três grandes momentos estruturantes da orientação e formação ao longo da vida.



Os 4 primeiros artigos, a partir de conceitualizações construtivistas, histórico e sociais e fenomenológicas, pelo recurso a estratégias participativas de exploração reconstrutiva, focalizam-se em intervenções diretas e indiretas (consultorias) com adolescentes para a promoção do desenvolvimento vocacional numa etapa crucial da construção de projetos de formação e educação, tendo a preocupação de monitorizar e avaliar a eficácia das intervenções desenvolvidas.

Assim no primeiro artigo, *O sentido não existe. Da insistência do sentido no acontecimento vocacional*, a investigadora Ana Mouta, apresenta uma abordagem eminentemente teórica sobre os construtos, *significados* e *sentidos* na tradição da Psicologia Vocacional marcadamente cognitivista, propondo, como alternativa, uma perspectiva fenomenológica. O que se procura abordar neste texto é assumir os conceitos de *significado* e *sentido* como objetos de estudo em si mesmos, e não como “um aí”, sobrejamente produtivo à ciência. Procura-se recolocar, no centro da consideração dos fenómenos em análise, a abordagem fenomenológica, problematizando a sua posição objetivista atual. Este posicionamento epistémico permite abordar o vocacional nas proposições em que este se constitui como acontecimento, subtraindo a linguagem de um entendimento puramente sintomático e empírico, isto é, do seu esboroamento na casuística das narrativas.

As abordagens mais recentes na conceções do desenvolvimento vocacional têm conduzido à reflexão sobre a adequabilidade das práticas no domínio da consulta psicológica vocacional, bem como a um renovado interesse sobre a sua eficácia. De facto, a questão sobre a eficácia das intervenções em orientação vocacional carece, muitas vezes, de estudos que discriminem, no plano dos processos, os componentes críticos que conduzem aos resultados da intervenção. Assim, a investigação, *Orientação vocacional e cinema: a eficácia na intervenção psicológica*, proposta por Sofia Rodrigues e Joaquim Luís Coimbra é de combinarem a vivência de experiências de criação e de fruição artísticas, pelo recurso à linguagem cinematográfica, na intervenção psicológica vocacional para compreender como estes recursos criativos despoletam e potenciam os resultados da intervenção. O cinema é um



estímulo psicológico nas nossas sociedades e poderá providenciar um conjunto de novos ingredientes na orientação vocacional de adolescentes, jovens e adultos, que potencie resultados mais eficazes e positivos.

O estudo de Celso Miambo e de Joaquim Luís Coimbra focaliza-se na *avaliação da eficácia de um programa de intervenção psicológica de orientação vocacional*, estruturado, sob a modalidade de consultoria psicológica vocacional de processo em grupo, visando o desenvolvimento vocacional de adolescentes da Cidade da Beira, Moçambique do primeiro ciclo do Ensino Secundário Geral. Face à ausência de estruturas, serviços e profissionais especializados no domínio da orientação vocacional, rentabilizando os recursos disponíveis nas escolas e na sociedade moçambicana no que respeita aos agentes de intervenção, optou-se por uma intervenção indireta de consultoria de formação com professores, para serem os agentes diretos de intervenção com os alunos, com a preparação prévia da intervenção e supervisão ao longo da mesma por parte de um especialista em intervenção vocacional, o investigador principal. O programa envolve nove sessões com alunos, com cerca de 60 minutos cada. A amostra da investigação é constituída por 90 adolescentes da 10ª classe, com idades entre os 14 e os 18 anos. Adotou-se um *design* metodológico do tipo quasi-experimental, com três grupos em condições diferenciadas de intervenção: dois grupos experimentais, alvos de intervenções diferenciadas, e um grupo de controlo que não foi alvo de qualquer intervenção, tendo sido administrados instrumentos de medida para avaliarem a eficácia diferenciada da intervenção, nos momentos do pré e pós-intervenção. Os resultados apontam para a eficácia dos programas implementados, ao evidenciar ganhos significativos em todas as dimensões, o que permite recomendar a sua utilização com grupos de adolescentes moçambicanos em fase de transição escolar. Destaca-se, como implicação fundamental deste estudo, a necessidade urgente de adoção de políticas de intervenção vocacional no sistema educativo em Moçambique, com particular atenção à sua matriz cultural diversificada.

No texto, *Um projeto, uma intervenção, uma reflexão: a orientação vocacional dirigida ao 9º ano de escolaridade* de Alice Correia, Vânia Sousa e



Joaquim Luís Coimbra, os autores, tendo como ponto de partida uma concetualização de exploração reconstrutiva dos investimentos vocacionais, na complexidade da situação cultural e sociopolítica que a sociedade vivencia na atualidade, desenvolveram um projeto de intervenção de orientação vocacional junto de 276 estudantes do 9º ano de escolaridade de ambos os sexos (140 alunas e 136 alunos), com uma média de idades de 14 anos e nível socioeconómico e cultural médios, em duas escolas secundárias do Grande Porto. A investigação visou comparar a eficácia das intervenções de modalidade indireta (consultoria) – desenvolvida por professores, após consultoria de formação vocacional dos mesmos – e a modalidade direta orientada pelos Psicólogos. Para avaliar a eficácia das intervenções foram administrados vários instrumentos de medida na pré-intervenção e na pós-intervenção. Os resultados encontrados sugerem que, quer no grupo da modalidade de intervenção direta quer no da indireta, não existem diferenças significativas no que respeita a expectativas e aspirações quanto ao futuro vocacional dos alunos.

Os três artigos que se seguem focalizam-se numa etapa de desenvolvimento vocacional de jovens que está em processo de conclusão da formação superior e ou já a concluíram (jovens diplomados) que teoricamente os preparava para a entrada no mundo do trabalho. Estes estudos realçam, de forma inequívoca, que a certificação superior já não garante a transição imediata para o mundo do trabalho, mas passam por uma fase de adiamento dessa expectativa, com impactos na sua qualidade de vida psicossocial, adiando os seus processos de autonomização. No que se refere aos estudantes que estão ainda em formação, as investigações pretendem compreender como os jovens universitários antecipam, desde a Universidade, a sua transição para o mundo do trabalho.

Assim, o artigo, *o significado da incerteza na (re)construção das narrativas vocacionais*, os autores Ana Paulino e Carlos Gonçalves procuram refletir sobre o significado da incerteza na construção de narrativas vocacionais na atualidade, partindo dos resultados e reflexões originados por uma investigação desenvolvida, com uma amostra de 577 jovens diplomados



portugueses de vários cursos do ensino superior (321 desempregados e 256 empregados), procurando explorar o significado que a transição para o (des)emprego assume para este grupo alvo. Os dados foram recolhidos a partir da administração de um questionário sociodemográfico, a escala *Latent and Manifest Benefits of Work (LAMB-Scale)* e o *General Health Questionnaire – 12 (GHQ-12)*. Os resultados sinalizam diferenças significativas na percepção de privação no acesso aos benefícios do trabalho e na percepção de mal-estar, entre desempregados e empregados, bem como entre desempregados à procura de um primeiro emprego e com experiência profissional prévia. Os resultados são analisados à luz da revisão da literatura considerando as suas principais implicações a nível psicológico, social e institucional, inferindo-se, de modo particular, conclusões e implicações para a intervenção vocacional em diferentes transições vocacionais e com diferentes públicos.

No texto, *Transição da educação superior para o trabalho: Que significados em tempos de risco e de incerteza?*, André Monteiro e Carlos Gonçalves pretendem compreender num contexto marcado pelo desemprego estrutural e pelo trabalho precário quais os significados que os estudantes do ensino superior atribuem à transição da educação superior para o mundo do trabalho, a partir de uma amostra de 986 participantes, estudantes de vários cursos do ensino superior portugueses. Apresentam-se, analisam-se e discutem-se os resultados iniciais das diferenças intergrupais encontradas acerca forma de vivenciar antecipadamente esta transição para o mundo do trabalho, tendo em atenção a existência de experiências anteriores de prática desportiva regular e de voluntariado.

No texto, *A vinculação às figuras parentais e vivência da transição da universidade para o mundo do trabalho*, os autores Inês Almeida e Carlos Gonçalves, tentam compreender como os padrões de vinculação às figuras parentais, construídos ao longo do desenvolvimento, se relacionam com a vivência da transição da universidade para o trabalho. A partir de uma amostra de 246 estudantes de vários cursos e Instituições do Ensino Superior da Região



do Grande Porto, apresentam-se os principais resultados exploratórios das relações entre a qualidade da vinculação dos jovens adultos às suas figuras de vinculação (pai e mãe) e a vivência antecipada da transição do ensino superior para o mundo do trabalho, refletindo-se e atribuindo-se significados psicossociais aos mesmos, a partir da revisão da literatura.

Os últimos quatro artigos focalizam-se fundamentalmente numa etapa do desenvolvimento vocacional e profissional dos adultos, a partir de formações eminentemente profissionalizantes, dos cursos de educação e formação de adultos e dos adquiridos ao longo da vida. Reflete-se e analisa-se esta modalidade de educação e formação de adultos no contexto português e propõe-se formas intencionalizadas de consulta psicológico vocacional para este público-alvo, os adultos menos escolarizados, em situação de desemprego, à procura de emprego ou de volta à formação em contextos formais ou informais.

Assim, o artigo, *Orientação ao Longo da Vida no Reconhecimento de Adquiridos*, de Mariana Paterna e Joaquim Coimbra apresentam uma reflexão sobre a relevância da orientação ao longo da vida para a promoção do desenvolvimento psicológico humano. Pretende-se aportar um contributo para a compreensão dos pressupostos metodológicos de intervenção da orientação vocacional com adultos, nomeadamente nos processos de reconhecimentos de adquiridos, levados a cabo em Portugal, tendo em conta o ênfase atribuído à aprendizagem ao longo da vida realizada em contextos não formais e informais. Será apresentada uma análise da metodologia balanço de competências bem como das competências e perfil inerentes ao técnico de orientação que auxilia o indivíduo na promoção do seu desenvolvimento psicológico.

O estudo de Joana Faria e Carlos Gonçalves visa ser um contributo para a compreensão do significado que os indivíduos adultos atribuem ao papel da relação estabelecida com o técnico/psicólogo no envolvimento e sucesso do seu percurso educativo e formativo na educação e formação de adultos. Adotou-se



uma metodologia qualitativa de estudo de caso, assente na realização de um grupo de discussão focalizada com 6 adultos que realizaram e concluíram um percurso de qualificação escolar. As principais conclusões desta investigação permitem-nos afirmar que os participantes sublinham e reconhecem que a relação estabelecida com o técnico/psicólogo é estruturante nos processos de transformação humana, sendo ressignificada pelos sujeitos como um ingrediente transversal a todo o percurso e garante do sucesso do mesmo.

No texto, *Significados e desafios associados à vivência do desemprego e o impacto no desenvolvimento vocacional*, os autores Margarida Martins e Carlos Gonçalves, a partir de uma amostra de 170 jovens desempregados que concluíram uma formação profissionalizante, e que se encontravam numa situação à procura de emprego, visam explorar como se inter-relacionam as *percepções de privação no acesso aos benefícios* manifesto e latentes do trabalho com o desenvolvimento vocacional destes jovens desempregados (*i.e.* adaptabilidade à carreira: atitudes e antecipação e mecanismos de ação e resposta). Os principais resultados demonstram que o desemprego tem, globalmente, um impacto negativo nestes indivíduos, associando-se a uma maior percepção de privação no acesso a determinadas categorias de experiência psicológica e a um menor desenvolvimento vocacional. Os resultados sugerem considerações e implicações para a intervenção psicológica, especificamente para a orientação vocacional, apontando para a necessidade de se desenharem intervenções intencionalizadas que garantam o apoio aos indivíduos para que lidem, de modo adaptativo, com as mudanças e desafios que atualmente regulam as trajetórias de inserção profissional.

Finalmente os autores Catarina Pires e Carlos Gonçalves apresentam uma intervenção que visou capacitar uma equipa técnico-pedagógica para o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, através da construção participada de um dispositivo técnico de suporte, a Coletânea PPR – Planos, Procedimentos, Recursos. A partir de uma metodologia qualitativa, pelo recurso a um grupo de discussão focalizado, retrospectivamente são exploradas as percepções da equipa técnico-pedagógica



acerca dos efeitos da sua participação no processo de construção e utilização do dispositivo técnico, o instrumento pedagógico PPR. São estudados os efeitos a nível da competência percebida em contexto profissional e a nível das práticas da equipa no âmbito do reconhecimento, validação e certificação de competências.

O coordenador,

Carlos Manuel Gonçalves,
Professor auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade do Porto. Coordenador do Centro de Desenvolvimento
Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida do Centro De Psicologia da
Universidade do Porto
carloslg@fpce.up.pt.